



JDP
[Handwritten signature]

ATA N.º 9/2015

**Nona reunião plenária do ano de 2015 do Conselho Académico da Faculdade de
Direito da Universidade de Lisboa**

No dia 16 de setembro de 2015, pelas 10 horas, reuniu o Conselho Académico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, regularmente convocado pelo Diretor da Faculdade. A reunião foi presidida pelo Diretor, Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro, tendo estando presentes os seguintes membros do Conselho Académico (CA):

Membros docentes:

Prof. Doutor João Oliveira Miranda
Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues
Prof. Doutor Rui Ataíde
Prof.^a Doutora Maria de Lurdes Pereira

Membros não docentes:

Senhora Conceição Feiteiro
Dr. Miguel Martins

Membros Discentes:

André Pinto
Graça Silveira
Filipe Nascimento
Lucas Costa Velho

Também participaram na reunião, nos termos regulamentares, sem direito de voto, a Diretora Executiva, Dr.^a Ana Paula Carreira e o Senhor José Vitorino, Presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa (AAFDL).

A reunião obedeceu à seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Aprovação da ata da reunião anterior (1.07.2015).
- 2) Informações:
 - a. Obras na Faculdade.
 - b. Concursos de pessoal não docente.
- 3) Projecto de regulamento de fundo de apoio à investigação.
- 4) Taxa de matrícula do curso de licenciatura.
- 5) Outros assuntos.

1) Aprovação da ata da reunião anterior

Dada a falta registo da intervenção dos alunos, foi adiada a aprovação do projeto de ata.

2) Informações

a) Obras na Faculdade

Quanto às obras na Faculdade, a Dra. Ana Paula Carreira informou a existência de um ligeiro atraso, sendo previsão de entrega na próxima sexta-feira. Está, no entanto, garantido o início das aulas pois as salas novas não vão ser necessárias. Informou ainda que no dia seguinte retomavam as obras na sala de estudo, na expectativa de que estarão pronto no final de setembro.

Os conselheiros discentes presentes perguntaram se este prazo valia para todos os trabalhos, o que foi confirmado. A Dra. Ana Paula Carreira disse que julgava que até ao fim do mês de setembro o ar condicionado estaria instalado. O Presidente da AAFDL lembrou que numa reunião anterior do Conselho Académico foi prometido que a obra estaria concluída antes das inscrições. A Dra. Ana Paula Carreira retorquiu, porém, que não houve essa promessa, a qual, de resto, nem seria possível, designadamente por causa dos prazos do concurso. Ana Paula Carreira explicou que a instalação do ar condicionado acabou por ser atrasada por causa da decisão de intervenções diversas na sala de estudo, pelo que não faria sentido concluir o ar condicionado sem fazer as restantes obras.

O Diretor explicou, por fim, que as obras têm sempre um custo, mas a falta delas também.

A Sra. Conceição Feiteiro, no uso da palavra, afirmou que os funcionários foram sujeitos a situações inadmissíveis, pois foram muito prejudicados com as obras, sofrendo um tratamento pouco digno, designadamente sendo obrigados a comer dentro dos arquivos

e a lavar os pratos na casa de banho. Concluiu ter sido lamentável destruir-se um refeitório antes de criar outro. Quanto às obras dos serviços administrativos, afirmou que estas são extremamente insatisfatórias, não criando condições de trabalho dignas, designadamente o chão de mosaico branco que parece o de um talho desinfetado à espera da visita da ASAE e as divisórias de vidro que fazem parecer os trabalhadores como peixes num aquário. Não faz sentido também um jardim japonês, que será uma fonte de mosquitos e humidade. Chamou ainda a atenção para a insuficiência de saídas de emergência, porquanto existe uma única saída para muita gente. Afirmou ainda que a nova localização dos serviços administrativos não é um sítio seguro pois pode haver introdução de pessoas indesejáveis. Acrescentou que a casa de banho dos homens é no espaço da divisão académica, pelo que se esta estiver fechada, os funcionários do sexo masculino deixam de ter acesso à mesma. Finalmente, afirmou que o espaço de refeitório era insuficiente. Terminou informando que iriam tentar que os trabalhadores nestas condições se sentiam tentados a sair da Faculdade para encontrarem melhores condições de trabalho, pelo que não se compreendia a realização destas obras, já que não havia urgência alguma nas obras.

O Diretor alertou para o facto de as obras ainda não se encontrarem concluídas, pelo que é cedo para se tirar conclusões. Acrescentou que antigamente não havia refeitório e agora há.

Em nova intervenção, a Conselheira Conceição Feiteiro chamou a atenção para o problema da exiguidade dos arquivos.

A Dra. Ana Paula Carreira salientou que reconhece que foi agravada temporariamente (durante as obras) a deficiência da copa, mas que antes as pessoas já faziam as refeições em condições muito deficientes. Também não vê que quem tenha saído da Faculdade o tenha feito por insatisfação das condições. Considera que é compreensível que as pessoas procurem revalorizar a sua carreira e procurem diversificar a sua experiência.

O Professor Rui Ataíde quis reafirmar o que já tinha dito em sessões anteriores, sublinhando que acha inadequado que os funcionários sejam obrigados a cumprir o seu horário de trabalho na cave. Para mais, houve estas perturbações durante as obras isso só agrava o descontentamento.

b) Concursos de pessoal não docente

Quanto à contratação, a Dra. Ana Paula carreira explicou que os concursos estão todos atrasados por causa das férias. O único que está mais avançado é o da contratação de um funcionário para o CARL.

O Diretor explicou que todo o procedimento de concursal é muito demorado, sendo exigida designadamente uma avaliação psicológica muito morosa. O Diretor disse que se retirava a lição de que se deveria avançar mais rapidamente para as contratações, pois entre a intenção de contratar e a sua concretização há um espaço de tempo muitíssimo longo.

A Dra. Ana Paula Carreira explicou que em relação à área de informática é necessário contratar mais técnicos porque os sectores informáticos têm crescido na Faculdade, o que obriga a um redimensionamento do sector. Concluindo que deveria ser contratado mais um técnico.

A Senhora Conceição Feiteiro disse que era necessário contratar mais pessoas para os recursos humanos, pois as funcionárias estão nos limites das suas capacidades, o que pode pôr em risco o processamento de salários. O Diretor sugeriu então que o ponto de novas contratações ficasse para a nova reunião ordinária que já não estava muito longe.

O Diretor disse ainda que havia uma importante conquista da Faculdade de Direito, pois tinha havido concursos para professores associados e catedráticos que estavam a ser remunerados de acordo com a categoria anterior. A Procuradora Geral da República foi contactada e desencadeou uma pronúncia do conselho consultivo o qual se pronunciou favoravelmente à remuneração ser equivalente a categoria. Neste momento, o Reitor está a envidar esforços para que essa orientação seja aplicada. Havendo massa salarial, como há, estamos em condições de passar a remunerar os docentes de acordo com a categoria,

O Dr. Miguel Martins disse que tiveram 200 candidatos para o lugar a concurso na Divisão Académica, incluindo-se nesse número funcionários da Faculdade e antigos alunos, o que demonstra que a FDL é um sítio que é atraente para as pessoas trabalharem.

A Sra. Conceição Feiteiro replicou, porém, que houve mais candidaturas para a divisão académica porque os requisitos eram apenas licenciatura e não licenciatura específica.

O Sr. José Vitorino perguntou como é que vai ser posta em prática a alteração do horário da Biblioteca, sendo certo que ainda não há resultados do concurso.

O Diretor sublinhou que, neste momento, reafectar os recursos existentes não é muito prático, pois teriam de ser ouvidas muitas pessoas.

A Sra. Conceição Feiteiro disse que os concursos têm muitas contingências e que é melhor não esperar uma decisão antes do início do próximo semestre. Relembrou ainda que para permitir a biblioteca funcionar em horário alargado é necessário contratar também bolseiros de mérito.

José Vitorino propôs um grupo para tentar encontrar uma solução provisória enquanto o concurso não estiver terminado. Disponibilizou-se a aluna Graça Silveira e os alunos sugeriram a Sra. Conceição Feiteiro. Também José Vitorino integrará o grupo, assim como o Diretor. A Sra. Conceição Feiteiro sublinhou que não podemos esquecer que a Biblioteca está com menos um funcionário, que está com baixa. Informou ainda ser muito premente um funcionária para o Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais, pois uma das funcionária está de baixa.

4) Taxa de matrícula do Curso de Licenciatura

O Presidente da AAFDL, José Vitorino, pediu que se alterasse a ordem dos assuntos, para passar se passar ao tema das taxas de matrícula, o que foi aceite.

O Diretor explicou que há muitíssimos custos associados à matrícula, não sendo de esquecer a escassez de recursos cujo *ratio* tem de ser melhorado. Explicou que procurou-se refletir este custo numa taxa, à semelhança do que vale para os mestrados e doutoramento. Explicou que se este tema tem sido decidido pelo Conselho de Gestão mas preferencialmente devia ser decidido pelo Conselho Académico. Explicou ainda, no entanto, que, como era Agosto, a decisão foi tomada pelo Conselho de Gestão. Afirmou que a reação foi má, que os alunos se queixaram da taxa, havendo uma notícia de jornal sobre o tema. Na verdade, em seu entender, criou-se um equívoco que ligou esta a uma dificuldade geral de financiamento do ensino público, o que não se verifica. Para desfazer esse equívoco, recordou que interveio, enquanto Director e que explicou que a decisão iria ser sujeita a reavaliação no Conselho Académico e que não se tratava de um problema de financiamento, mas de racionalidade de gestão e de remuneração de um serviço adicional O Diretor terminou a sua intervenção reconhecendo que é possível que a taxa seja demasiado elevada. Assim, propôs que a taxa fosse revista para 45€ e que a diferença fosse compensada nas mensalidades das propinas.

O Presidente da AAFDL, José Vitorino, afirmou que a taxa de matrícula não consta da tabela de taxas e emolumentos. No entanto, as propinas também não constam e vieram ao Conselho Académico. Propôs que esta taxa de matrícula passasse a integrar a tabela. O Sr. José Vitorino sublinhou ainda que tinha havido um aumento enorme, o qual não corresponde a um serviço prestado. A isto acresce que, em seu entender, a proposta de diminuir para 45€ também tem de ser justificada pelo serviço prestado. Concordou, porém, com a solução de o excedente seja compensado no pagamento da matrícula. Apresentou um documento que propõe a abolição de taxa de matrícula sem prejuízo da manutenção de outra taxa que é a taxa de inscrição.

A Conselheira Graça Silveira manifestou o seu profundo desagrado pelo pagamento desta taxa, pois não consegue perceber a correspondência com os custos prestados no acto de matrícula. Com efeito, referiu que não era razoável cobrar o montante em questão, dado que os custos mencionados ficavam abaixo do seu valor, até porque as matrículas foram realizadas maioritariamente com o apoio da AAFDL, a título gratuito e afirmou que aquele valor não se coadunava com uma faculdade pública. Por último, tendo em conta as declarações do Diretor sobre não existirem necessidades especiais, lembrou que alguns dos investimentos feitos recentemente pela faculdade terão retorno, pelo que não se justifica esta taxa, sobretudo quando a faculdade se encontra numa situação de estabilidade financeira.

O Diretor interveio para explicar que a Faculdade precisa de crescer e por isso é necessário captar recursos não apenas do financiamento público. É necessário, na sua opinião, pensar num horizonte mais longínquo.

A Conselheira Graça Silveira retorquiu que a Faculdade tem outros meios para garantir receitas e que não precisa de tanto.

O Sr. José Vitorino perguntou por que razão propôs 45€ e o Diretor respondeu que o serviço prestado pela matrícula é completamente diferente da inscrição que ocorre todos os anos.

O Conselheiro Lucas Costa Velho lamentou a falta de proporcionalidade, perguntando em que estratégia de futuro se integra a cobrança de 45€. Propôs igualmente a compensação dos alunos que tenham pago uma taxa superior à que venha a ser decidida.

O Professor João Miranda começou a sua intervenção por dizer estranhar o procedimento que foi adotado, concretamente uma decisão do Diretor tomada na sequência de uma consulta do Conselho de Gestão. Apelou, por isso, ao Diretor para reponderar a decisão. Afirmou que a proposta apresentada pelo Diretor não é suficiente para eliminar os efeitos nefastos da medida. Entende que deve haver uma taxa, pois há um serviço diferenciado prestado, mas uma taxa deve ser proporcional ao serviço prestado e não servir para financiar o crescimento futuro da Faculdade.

O Conselheiro André Pinto começou por subscrever as intervenções dos colegas e acrescentou que sempre que houve situações em que o Conselho Académico foi ultrapassado pelo Conselho de Gestão.

O Conselheiro Filipe Nascimento começou por dizer que se associa às intervenções dos colegas e que é com descontentamento que olha para a medida, lamentando ainda a publicitação da Faculdade na comunicação social. Acrescentou ainda que a Faculdade tem dado provas da sua saúde financeira pelo que não há razão para cobrar tanto.

O Professor Rui Ataíde começou por dizer que a fixação dos emolumentos tem de reflectir os serviços prestados, tal como nas propinas, acrescentando que, em seu entender, era incompreensível que a Faculdade admitisse que a taxa cobrada não o é por necessidade e sobrecarregue os alunos com a criação de uma nova taxa. Concluiu, dizendo que não se oporia à existência de uma taxa de matrícula, desde que não excedesse o valor de 20€.

O Dr. Miguel Martins interveio para esclarecer que o que está em causa não é a taxa de reinscrição, que é de 18€ este ano.

O Professor Nuno Cunha Rodrigues, por seu turno, chamou a atenção para o facto de haver uma questão de natureza procedimental, que tem a ver com o facto de ter sido ignorado o Conselho Académico. Acrescentou ainda a desproporcionalidade da taxa face ao serviço prestado.

O Diretor reforçou que era necessário pensar no futuro.

O Conselheiro André Pinto observou que, no mínimo, deveria ter sido contactado o Presidente da Associação Académica, pelo menos por uma questão de manutenção da imagem.

Quanto à tabela de emolumentos, o Diretor afirmou estar a pensar integrar todas as quantias cobradas pela Faculdade.

O Professor Rui Ataíde tomou a palavra para acrescentar que só estará de acordo com a criação de uma taxa se se demonstrar que existe uma necessidade especial que a justifique.

Por seu turno, o Presidente da AAFDL, José Vitorino, reforçou que era necessário ser avaliado o custo adicional de uma matrícula, ou seja, da inscrição de um aluno pela primeira vez, pois está de acordo com a remuneração de um serviço adicional, mas não existem dados que permitam fazer essa quantificação. Nessa medida, propôs que este ano a taxa de matrícula fosse abolida e que houvesse uma indicação pelos serviços financeiros do valor dos serviços prestados, a qual serviria para anos vindouros.

A este propósito, o Diretor interveio para dizer que os custos difusos também são remunerados no âmbito de uma taxa, acrescentando que não é possível aumentar as propinas.

O Professor João Miranda tomou a palavra para afirmar que as dificuldades sociais se mantêm, mas que também que existe um acordo quanto ao pagamento de uma taxa de matrícula. Assim, no contexto da decisão a tomar pelo Conselho Académico, entende que a taxa não deverá ser pura e simplesmente abolida, mas antes substituída por uma inferior. Acrescentou que em seu entender as taxas cobradas no segundo e terceiro ciclos são exageradas.

O Presidente da AAFDL, José Vitorino, afirmou que o que estava em causa nesta decisão do Diretor era também o desrespeito pelas competências do CA.

O Conselheiro Lucas Velho pediu a palavra para salientar que o valor da taxa tem de ser reponderado, ainda que seja aprovado na próxima reunião, já em face de novos elementos.

O Diretor observou, porém, que não podemos agora retirar uma taxa para depois, imediatamente a seguir, a repor.

O Conselheiro Dr. Miguel Martins advertiu que a devolução da taxa cobrada suporia custos adicionais a pagar à empresa proprietária do programa informático.

O Presidente da AAFDL, José Vitorino, propôs que neste ano a taxa de matrícula a cobrar deveria ser igual à taxa de inscrição — 18€ — e que no próximo ano deveria ser ponderada uma taxa diferenciada para a inscrição no primeiro ano do curso. Defendeu ainda que todos os valores deveriam constar de uma tabela única de taxas e emolumentos e que as taxas de matrícula já pagas este ano deveriam ser compensadas nos próximos pagamentos de propinas.

O Diretor e o Professor João Miranda declararam rever-se nesta proposta.

A Conselheira Sra. Conceição Feiteiro sugeriu que os alunos que ainda não tinham pago a taxa de matrícula não fossem obrigados a fazê-lo.

Foi assim proposta a alteração da taxa de matrícula para 18€, o que foi aprovado por unanimidade.

Foram ainda aprovadas, por unanimidade, as seguintes deliberações:

1. Inclusão de todas as taxas numa tabela única;
2. Fixação de uma taxa de inscrição e matrícula uniforme para todos os anos;
3. Compensação das taxas já pagas com as prestações das propinas e não cobrança da taxa anteriormente fixada aos alunos que ainda não concluíram a sua inscrição;
4. No próximo ano lectivo, ponderar uma taxa específica para o primeiro ano.

3) Projeto de Regulamento do Fundo de Apoio à Investigação;

O Diretor começou por informar que, além do Conselho Académico, o Projeto de Regulamento do Fundo de Apoio à Investigação também fora enviado ao Conselho Científico, encontrando-se prevista a discussão do documento na ordem de trabalhos da sessão deste órgão que se realizará no mesmo dia em que decorre a presente reunião do Conselho Académico, mas à tarde.

O Diretor explicou, em seguida, que se trata de um projeto fundamental para o futuro da instituição, nomeadamente, à luz dos novos critérios de repartição da dotação do Orçamento de Estado destinada à Universidade de Lisboa que a Reitoria desta Universidade se propõe seguir, privilegiando a investigação acreditada efetivamente produzida por cada Escola da Universidade. Prevê-se, para esse efeito, que cerca €1.500,000,00 (um milhão e meio de euros) provenientes da referida dotação sejam repartidos pelas diversas unidades orgânicas da Universidade de Lisboa em função dos resultados que apresentarem no campo da investigação acreditada. O Diretor acrescentou ainda que o Reitor da Universidade é sensível às especificidades da investigação em Direito e nas áreas de Ciências Sociais e Belas Artes.

O Conselheiro Rui Ataíde exprimiu a sua concordância com a importância de que se reveste o projeto, salientando contudo que se lhe afigurava prematuro discuti-lo no Conselho Académico, visto se tratar fundamentalmente de matéria da competência do Conselho Científico que se prepara para o discutir na reunião desta tarde. Propôs, por conseguinte, que se aguardasse pelos resultados do debate que a esse propósito irá ter lugar no Conselho Científico, retomando a sua análise em futura reunião do Conselho Académico.

Os restantes Conselheiros, incluindo o Diretor da Faculdade, pronunciaram-se igualmente no sentido de o Conselho Académico reatar a discussão deste projecto após serem conhecidos os resultados do debate no Conselho Científico.

5) Outros assuntos

O Diretor lembrou que se encontra em curso o Festival FDUL Experience 2015/2016, que conta com a participação activa da AAFDL, informando ainda que em Outubro se realizará a cerimónia dos finalistas.

O Presidente da AAFDL lamentou o atraso na divulgação dos programas dos cursos de Licenciatura, Mestrado Profissionalizante e Mestrado Científico, o qual prejudicou as escolhas das disciplinas optativas pelos alunos dos vários ciclos de estudos.

O Presidente da AAFDL solicitou ainda que sejam favorecidos os pedidos de transferência dos trabalhadores estudantes para o curso da noite, tendo em consideração que muitos dos requerentes são falsos recibos verdes, uma vez que se encontram verdadeiramente a laborar em regime de contrato de trabalho.

O Conselheiro André Pinto comunicou que houve um aumento inexplicável de €100,00 (cem euros) nas propinas dos estudantes inscritos em tempo parcial. A Directora

Executiva admitiu a possibilidade de se tratar de um lapso que, a ter acontecido, será prontamente corrigido.

O Conselheiro Lucas Costa Velho alertou para a necessidade de o próximo ano lectivo não ser perturbado pela nova aplicação informática com que a Divisão Académica irá trabalhar.

O Conselheiro Miguel Martins informou o Conselho que, estando a FDUL no segundo lote de implementação da plataforma de gestão académica Fénix, da Universidade de Lisboa, prevista para o ano letivo 2016-2017, tem acompanhado outras unidades orgânicas que o têm já em implementação em 2015-2016. Tem-se constatado que, embora com o apoio de um amplo grupo de pessoal especializado em informática e no Fénix, de entidades externas especializadas, as inscrições dos alunos 1.º ano/1.ª vez, do concurso nacional de acesso 2015, nesse sistema, decorreram satisfatoriamente, com melhorias face ao anterior sistema.

Informou ainda que, não obstante essa informação e considerando que a FD é uma das escolas da Universidade de Lisboa que utiliza mais intensamente o atual sistema informático de gestão académica Siges, com funcionalidades próprias como por exemplo, a visualização de provas, a formulação de pedidos de revisão de nota, a apreciação, decisão e fundamentação da decisão desses pedidos, por parte dos Docentes e o pedido de alteração do método de avaliação pelo aluno e apreciação desse pedido pelo docente, a sequência de vários momentos de avaliação em cada unidade curricular num mesmo ano letivo, entre outras, tudo online, poderia haver uma incapacidade de resposta imediata para replicar, ajustar e melhorar todas essas funcionalidades no novo sistema Fénix.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, o Director da Faculdade encerrou os trabalhos às 13h15, marcando a próxima reunião do Conselho Académico para o dia 7 de Outubro às 10.00 h.

O Presidente do Conselho Académico



Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro

A Secretária



Prof.ª Doutora Maria de Lurdes Pereira